

**UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO OUVINTE PARA O SURDO:
Percepções de ouvintes sobre não ouvintes**

**A SOCIAL REPRESENTATION OF THE HEARING PERSON FOR THE DEAF
PERSON: Perceptions of hearing people about non-hearing people**

**UNA REPRESENTACIÓN SOCIAL DE LA PERSONA OYENTE PARA LA
PERSONA SORDA: Percepciones de las personas oyentes sobre las personas
no oyentes**

Adriano de Oliveira Gianotto

Doutor em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil
Email: adriano.gianotto@ufms.br

Elisa Ferreira Paulino Borges

Especialista em Educação Inclusiva, UNIASSELVI
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil
Email: efpborges@gmail.com

Recebido: 08/09/2025 – Aceito: 18/09/2025

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal identificar as representações sociais de profissionais da psicologia no que se refere a pessoas surdas. Sejam estas representações construídas no meio social trabalhista, no trabalho acadêmico ou no meio organizacional, bem como perceber as variações de interesses socioeconômicos que permeiam a construção dessas representações do profissional em sua respectiva área haja vista que o conceito da pessoa surda está em constante mudança para a melhoria e avanço sociopolítico enfatizando a diferença e não a deficiência considerando o surdo e sua cultura podendo ser validada através da Libras (Língua Brasileira de Sinais). Mesmo diante dos avanços ainda existem polêmicas constantes na formação educacional e formação profissionalizante para os indivíduos deste público. Diante do exposto e por meio de um estudo bibliográfico este estudo compreende as relações entre psicólogos, educadores ouvintes e estudantes surdos, limitações e inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Surdos, Inclusão, Psicologia, Representante Social

ABSTRACT

This study's main objective is to identify the social representations of psychology professionals regarding deaf people. These representations, whether constructed in the social work environment, academic work, or organizational context, are also to understand the variations in socioeconomic interests that permeate the construction of these representations of professionals in their respective fields. The concept of deaf people is constantly changing for improvement and sociopolitical advancement, emphasizing difference rather than disability, considering deaf people and their culture, and can be validated through Libras (Brazilian Sign Language). Despite these advances, there are still ongoing controversies in educational and professional development for these individuals. Given the above, and through a bibliographical study, this study explores the relationships between psychologists, hearing educators, and deaf students, limitations, and inclusion.

KEYWORDS: Deaf, Inclusion, Psychology, Social Representative

RESUMEN

El objetivo principal de este estudio es identificar las representaciones sociales de los profesionales de la psicología sobre las personas sordas. Estas representaciones, ya sea construidas en el ámbito del trabajo social, el trabajo académico o el contexto organizacional, también buscan comprender las variaciones en los intereses socioeconómicos que permean la construcción de estas representaciones por parte de los profesionales en sus respectivos campos. El concepto de persona sorda está en constante evolución para la mejora y el avance sociopolítico, priorizando la diferencia sobre la discapacidad, considerando a las personas sordas y su cultura, y puede validarse a través de Libras (Lengua de Señas Brasileña). A pesar de estos avances, aún existen controversias en el desarrollo educativo y profesional de estas personas. Por lo anterior, y mediante un estudio bibliográfico, este estudio explora las relaciones entre psicólogos, educadores oyentes y estudiantes sordos, sus limitaciones e inclusión.

PALABRAS CLAVE: Sordo, Inclusión, Psicología, Representante Social

Introdução

Na Constituição brasileira, de 1988, pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta, permanentemente, limitações, perdas ou anormalidades de sua estrutura, psicológica ou anatômica, que gerem dificuldades para o desempenho de atividade dentro do padrão exigido pela sociedade para ser considerado normal (Decreto 3.298/99). Segundo a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de âmbito mais social e adotada no Brasil, em seu artigo primeiro: Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença, segundo o Ministério da Saúde e a Organização Mundial de Saúde.

Na prática, veremos que em diversos ambientes ainda vale a definição da Constituição. Por vezes as mudanças são seguidas de siglas e nomenclaturas para estes indivíduos na sociedade, como: Pessoas com Deficiência (PcD), Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD), e assim por diante. Porém, essas nomenclaturas são frutos do que podemos chamar de rótulos. Em meio a tanta evolução do homem moderno existem cicatrizes estereotipadas para pessoas que necessitam apenas de um olhar e cuidado a mais sem dispensar a sua capacidade intelectual e trabalhista. Desta forma expomos o reconhecimento da capacidade de percepção incrível que estes indivíduos têm para com o meio em que vivemos.

Comumente, pensamos a deficiência de uma pessoa associada à incapacidade de produzir de forma eficiente. Na sociedade atual se entende eficiência como a capacidade de fazer, de forma veloz e funcional, o que quer que seja demandado a determinado indivíduo. Sobressai-se aqui a ideia de produção e consumo. Portanto, neste espaço há pouca tolerância com as diferenças que, no entanto, não significam necessariamente incapacidade. Podemos concluir este raciocínio que ao mesmo tempo que acabam se funcionalizando em uma inclusão se expõem muitas vezes a exclusão.

Especificamente em relação à pessoa surda, o conceito de surdez vem sofrendo mudanças, particularmente nas últimas décadas. Importantes avanços políticos vêm ocorrendo nesta área, dando ênfase à “diferença” e não mais à “deficiência”. Este reconhecimento político da surdez pode ser traduzido em ações que considerem os direitos dos surdos enquanto cidadãos comuns, com os recortes de suas identidades, língua, comunidade e cultura entre outros. Ainda assim, segundo dados da Associação de Surdos de Mato Grosso do Sul, a prática ainda não confirma uma real inclusão, uma vez que o surdo é incluído forçosamente na cultura ouvinte independente de região, mas, o ouvinte não é incluído na cultura do surdo.

As relações de inclusão se iniciam primariamente em âmbito familiar. Daí temos os paradigmas de pais surdos, filhos ouvintes. Ou, pais ouvintes, filhos surdos. Este já é o primeiro conflito social e emocional para o surdo.

Em seguida, falamos a respeito da inclusão escolar. Gramsci (1991 apud Manoel Palhares) apresenta a relação da escola com a capacitação para o trabalho. Cabe ao setor de ensino o compromisso com o trabalho de maneira imediata, ou seja, ser formativa. A imediata profissionalização de mestres acadêmicos e trabalhadores é de suma importância neste meio. Nesse respeito a profissionalização deverá ser proporcional ao nível de escolarização do surdo. Podemos considerar metas a serem alcançadas com o objetivo de dar ao surdo, mediante seu ingresso no mercado de trabalho, independência. Ainda assim, há outros conceitos e adaptações educacionais que podemos pensar e construir.

O receio da dificuldade de comunicação com os surdos e o constrangimento do setor educacional e empresarial também são fatores impeditivos do ingresso no contexto escolar e no mercado de trabalho. Prevalece aparentemente certa compaixão disfarçada de responsabilidade em detrimento à produtividade do surdo, uma questão de imposição antes da conscientização.

O objetivo deste trabalho é perceber e considerar as representações sociais dos surdos pelos psicólogos de diversas áreas de atuação, tendo estes profissionais como um dos agentes que garantem junto aos surdos seus direitos. Nosso interesse surge a partir da demanda inclusiva crescente em nossos meios de comunicação e do fato da existência de pouquíssimos profissionais da área da psicologia que trabalham com surdos em nosso estado, Ceará.

Por meio de representações sociais entendemos a formulação inconsciente (ou, talvez até consciente e taxativa) de ideias gerais que permeiam a própria identidade de como profissionais das áreas empresariais e educacionais veem os surdos e, de que formas lidam com eles embora esperemos encontrar diversidade de ideias entre esses profissionais.

Buscando atingir os objetivos propostos, foi utilizado a abordagem qualitativa quanto ao uso de pesquisa bibliográfica e análise documental. Na parte teórica foi realizada uma pesquisa a partir de determinados artigos a respeito de identidade e representação social dos não ouvintes no Brasil, bem como sobre a importância da Libras e do bilinguismo, além de leituras sobre definições e legislação voltadas para a compreensão do deficiente em nosso país.

Entende-se que a pesquisa qualitativa recusa o método positivista de aplicação à compreensão da vida social. Dessa forma, estuda aspectos que não podem ser quantificados, voltando-se para a compreensão e descrição das relações sociais. É diante dessa perspectiva, corroborando com Minayo (2001), que a abordagem qualitativa se volta para o estudo dos significados, crenças, valores e atitudes que não são reduzidos a dados de variáveis numéricas.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, visa levantar o referencial teórico já estudado, analisado e publicado, tais como livros e artigos científicos. Por meio do acesso a esse material, o pesquisador pode vir a obter o conhecimento do que já foi estudado anteriormente à realização da sua pesquisa. Também é possível a realização de uma pesquisa somente de cunho bibliográfico, ressalta Fonseca (2002) em que é necessário fazer uma compilação dos referenciais teóricos de que provêm informações relacionadas à resposta da problematização da pesquisa.

PERCEPÇÕES DE OUVINTES SOBRE NÃO OUVINTES

Junto com as representações sociais podemos notar que a inclusão tem um fator predominante que é o de adequar o indivíduo considerado excluído da sociedade

dita “normal”. Isto se dá mediante uma série de meios, métodos e estratégias que estão sendo aprimorados ao longo das últimas décadas, haja vista que outrora, o sujeito considerado surdo era tratado como sujeito que tinha “anormalidades”.

Obviamente este discurso de normalidade e anormalidade, sujeito capaz e sujeito incapaz é um discurso que segrega e permeia ao longo dos tempos. Não existe qualquer verdade nesta pretensão de alto padrão e valor sob qualquer indivíduo. Seja ela ouvinte ou surdo. Porém, nossa Carta Magna prevê:

Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2002, p. 23)

Isso gera representações nada inclusivas sobre os surdos (tanto no meio trabalhista quanto no meio educacional), pois, segundo fontes da Associação dos Surdos de Mato Grosso do Sul, houveram protesto pelas rua Antônio das Silvas, em dezembro de 2016, contra a educação inclusiva como está agora na legislação brasileira (fonte: Jornal O Povo, 16.12.2016).

Para Jodelet (apud SÊGA, 2000), existe a possibilidade de aprendizado nas modalidades de conhecimento prático com o objetivo de orientar a comunicação e a compreensão do contexto social em que vivemos – incluindo o âmbito e cultura surda para melhor entendimento dos ouvintes. Isso se dá com a manifestação através de imagens, conceitos, categorias, teorias, mas, não se reduzem somente aos componentes cognitivos. Podendo, portanto, ser utilizados fenômenos sociais gerados a partir de funções simbólicas/ideológicas e formas de comunicação, como podemos ler o seguinte,

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2002, p. 23)

Teoricamente, o sujeito surdo está munido de todos os aparatos possíveis e cabíveis devido sua condição. Tendo em vista que a nossa Carta Magna influencia diretamente na defesa de seus direitos concluímos que através desta lei o não ouvinte estará capacitado culturalmente, socialmente e educativamente em todos os sentidos, sendo respeitado e tendo os mesmos direitos como qualquer outro cidadão sem ser menosprezado ou, ser vítima de preconceito devido sua surdez. Concomitantemente a estes fatores determinantes que normalmente seria considerado ideal aos seus adeptos e avaliando o estado de surdez de cada indivíduo ele terá amparo e condições iguais aos ouvintes haja vista que terá, por lei, apoio profissional na área da educação e na área social para seu desenvolvimento.

Na prática, o que vemos ainda é a construção dessa ideia. Os passos estão se firmando, porém, ainda não é considerada uma obrigatoriedade alguns fatores do que a lei determina, como por exemplo, cursos de formação de professores, profissionais que possivelmente atuarão com estes sujeitos. Ainda é precária ou, escassa, a promoção de cursos para inserir tais profissionais na cultura surda.

No tocante a esta posição podemos ler e ressaltar o trecho de Lemos e Chaves, informando que

A Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua oriunda das comunidades de pessoas surdas do Brasil. Este reconhecimento significa um avanço aos direitos linguísticos dos surdos de se comunicarem e de se expressarem livremente através de sua língua e, por que não dizer, de uma transformação social quanto à valorização e uso da Libras por pessoas surdas e ouvintes. Nesse contexto, a Libras é percebida como uma ferramenta necessária não só para a comunicação dos surdos, mas como uma conquista com vistas à sua inclusão social e cultural. (BRASIL, 2002, p. 23)

Diante do exposto acima citado, por meio de estudo bibliográfico e análises documentais estabelecemos alguns esclarecimentos sobre as formas de convivências com os surdos e quais papéis devem ser articulados entre os profissionais diante das barreiras que ainda devem ser quebradas para que exista igualdade na comunicação entre ambas as culturas, ouvintes e surdos.

O SURDO E SUA REPRESENTAÇÃO NO CAMPO PROFISSIONAL

A história vem se modificando a cada dia e com ela o conceito da educação e profissionalização dos surdos, suas formas de estarem inseridas em atividades do cotidiano dos ouvintes e vice-versa. Alguns dos aparatos que estão sendo providenciados para tais comunicações serem melhoradas são cursos básicos para profissionais e familiares no intuito de que a interação com a comunidade surda bem como a educação da língua primária dos ouvintes de sua localidade se estabeleça de forma mais fácil. Ou ainda, existem cursos de aprimoramento para os que desejam trabalhar e se dedicar ao ensino e profissionalização dos surdos e, ainda, os que querem conviver com a comunidade surda trazendo e levando benefícios mútuos tanto para ouvintes, que aprendem mais sobre a cultura surda, como para surdos que aprendem mais sobre a cultura dos ouvintes. Desta forma é que se dá a evolução em meio a percalços diários, ocorrendo gradativamente este percurso.

Segundo Moscovici (2005), as representações sociais se definem como forma de pensar, construir e interpretar a realidade, elas são desenvolvidas pelos indivíduos e grupos para fixar sua opinião e posição acerca de objetos, eventos e situações do dia a dia, assim organizando e criando comunicação na sociedade e dando sentido aos eventos normais da vida social. A partir dessa interpretação e com a análise dos estudos, percebemos que para muitos profissionais os não ouvintes são representados como sendo diferentes, mas, não ao ponto de atrapalhar seu desenvolvimento em qualquer aspecto, seja no trabalho ou na escola, apesar das ressalvas óbvias de sua capacidade de escutar claramente o mundo ao seu redor.

Mas, enfatizamos que os surdos percebem visualmente tudo o que há em sua volta. Podem até perceber mais claramente do que os ouvintes. Mesmo que alguns ouvintes sejam interpretados como pessoas aptas e capazes para determinados trabalhos deveria haver um melhor desenvolvimento de projetos para inclusão e adaptação entre os ouvintes e a comunidade surda, além de um melhor preparo do profissional para aqueles que atuarão de forma ativa nessa inclusão de ouvintes na cultura surda e de surdos na cultura ouvinte.

Podemos entender as limitações e as potencialidades através de vários mecanismos psicológicos como as ferramentas de uso profissional, os testes psicológicos. Isso se dá tanto para ouvintes como para surdos. O molde de normalidade independe neste aspecto. É realmente a comunicação e a expressão que se usa que delimitará as exigências requeridas. Outros profissionais estão também disponíveis para ajudar nesta inclusão como: fonoaudiólogos, terapeutas

ocupacionais, psicopedagogos e vários outros. O resumo é que a inclusão deveria ser de todos para com todos já que a mesma é imposta por lei.

No que se refere ao rendimento do surdo na empresa Viana (2010) afirma que os empregadores dão pouco crédito ao potencial dos surdos e que a devido à dificuldade de comunicação, as relações interpessoais são insatisfatórias. E que, devido ao pouco aperfeiçoamento profissional, acabam por ficar com cargos mais baixos e com difícil ascensão profissional. O que se observa na realidade, pois os surdos, que são acompanhados nas empresas pelas psicólogas entrevistadas, exercem, na sua totalidade, trabalhos braçais e sem perspectiva de promoção.

Sobre a conscientização e adaptação da cultura surda para com os ouvintes e dos ouvintes para com a cultura surda, existem empresas onde muitos dos não ouvintes sabem libras ou falam mais devagar para os surdos fazerem a leitura labial. Inclusive pode haver uma cobrança por parte da equipe de ouvintes para a contratação de não ouvintes intermediando cursos básicos para melhor comunicação.

Outro impasse seria as questões de separar surdos e ouvintes, pois, o fato de os surdos ficarem em uma área separada cria uma maior socialização entre os próprios surdos ao passo que denota impressão de segregação dentro dos locais de trabalho e estudo. Mas, seria viável uma conduta de interação por mais que ocorram algumas dificuldades de comunicação.

Em janeiro de 2017, a Associação dos Surdos de MS realizou passeata pelas rua Afonso Pena, seguida de audiência pública na Assembleia Legislativa, o ato foi acompanhado por jornais locais, GONÇALVES (2011) nos apresenta que a principal divergência está relacionada justamente à inclusão educacional dos surdos. A representante da Comissão Municipal da Pessoa com Deficiência, Flavia Ortiz, explica que a presença do surdo em uma escola comum traz diversos malefícios. “Essa proposta de alteração é um absurdo. É importante que o surdo se identifique com seus pares. Não somos contra a inclusão social, mas defendemos que a educação infantil dos surdos seja feita na escola bilíngue para surdos”, afirma.

O professor universitário e representante da Associação dos Surdos de MS, Samuel Ferreira de Souza, ressalta que essa é uma garantia que já foi conquistada através da legislação. A lei 10.436/2002 oficializa a língua de sinais e a lei 5.626/2005 rege essa educação. “Estão querendo promover um retrocesso. Não queremos que todas essas conquistas se percam”, pontua. Atualmente, existem cerca de 60 professores graduados em letras/libras. E outros 60 em curso. Samuel Ferreira

informa ao jornal local: “Eles estão aptos a ensinar com uma metodologia específica, que vai proporcionar o máximo de desenvolvimento para a criança surda”, garante.

Através da experiência pessoal, Flavia Ortiz, também referência na Associação dos Surdos de MS, explica que o surdo necessita ter acesso pleno à sua língua materna (Libras) para interagir melhor em sociedade. Ela informa: “Quando estudei em escola comum não conseguia acompanhar os estudos e interagir com os outros alunos”, desabafa. Ao mudar para a escola bilíngue, a situação melhorou, segundo ela. Outra questão é sobre qual o profissional se tornaria referência para o aluno surdo, o professor habilitado ou o tradutor? “Estamos preocupados em garantir e priorizar o acesso à informação através da língua de sinais em um ambiente onde o surdo não seja minoria”, complementa Samuel.

Segundo Maia (2011), atualmente, o principal problema que essas pessoas enfrentam não são suas limitações físicas, cognitivas ou psicológicas, mas sim as representações sociais sobre as pessoas com deficiência. Pois a sociedade compartilha a ideia de que os deficientes são incapazes, dependentes, logo impossibilitados de viver normalmente. As representações sociais da deficiência são constituídas a partir do entrelaçamento de mitos, crenças e medos irracionais que definem uma imagem negativa do deficiente.

Sobre a eficiência da inclusão do surdo e o papel do psicólogo nesse projeto a confiança e a positividade sobre a inclusão de pessoas com surdez no mercado de trabalho aumentam. E essa inclusão funciona inclusive para acabar com estereótipos sobre os surdos e sua produtividade, o que podemos observar nas pesquisas é que devido a sua baixa escolaridade e os problemas de comunicação o surdo é estereotipado como força de trabalho pouco produtiva e que apesar de as empresas contratarem os surdos, há ainda uma falta de informação sobre o real potencial desse profissional (VIANA, 2010).

Mas, ainda há espaço para melhorias e o psicólogo é um dos profissionais que pode e deve ser atuante nesse aperfeiçoamento, pois, a maioria sai da faculdade sem preparo para lidar com essas limitações. Porém, através de um bom preparo pode-se melhorar a qualidade de vida de todos os envolvidos no processo.

O SURDO E SUA REPRESENTAÇÃO NO CAMPO SOCIAL

No contexto social o projeto de inclusão funciona, mas, apenas na minoria das escolas. Provavelmente pela falta de investimento neste sentido e por ser um

processo muito difícil de realizar por conta da pouca estruturação e do pouco conhecimento dos profissionais de educação. Já o profissional que possui experiência com alunos não ouvintes em diversas escolas pode e deve defender a questão de que todos os alunos são iguais e que as diferenças existem, porém, precisam ser respeitadas. Os surdos não são deficientes, são apenas diferentes no sentido de ter dificuldades, como qualquer outra pessoa. Um exemplo clássico é o aluno que se sai perfeitamente numa redação, mas, numa prova de matemática ele não é tão habilidoso.

A maior dificuldade que os alunos surdos têm é a convivência com a sociedade ouvinte, até porque muitos são preconceituosos. Já se ouviu falar de muitos casos onde alunos são discriminados pelos colegas, pela escola ou pela própria família. Aqui podemos também citar Bittencourt e Montagnoli (2007) que consideram que o diagnóstico de surdez para as famílias tem uma representação sempre negativa, marcada por tristeza e sofrimento. Ressaltamos que isto nem mesmo é uma questão somente para surdos. Existem outros estereótipos e preconceitos que fazem com que a diferença seja uma forma repressora de se conviver. Alguns até mesmo concluem que o padrão idealizado de normalidade da nossa sociedade é totalmente discriminador.

A comunicação dos educadores com esses alunos é dificultosa, e isto se deve ao fato de que os cursos de formações não contêm aparatos e preparação visando esse momento de contato. Poderia ser pensado em uma solução juntamente com as universidades e faculdades para adotarem mais disciplinas voltadas para educação de alunos com dificuldade auditiva. Uma vez que a maioria das escolas regulares, para não dizer todas, está bem longe da média necessária para ser ter uma boa educação para esses alunos, o que seria uma solução viável.

Na educação a maior dificuldade para trabalhar com alunos com deficiência auditiva seria a da comunicação. A maioria dos educadores não estão preparados para ser agentes da inclusão. Silva e Pereira (2003) afirmam que, por mais que se fale em inclusão nas escolas, a realidade é de exclusão, principalmente por falta de preparo técnico e/ou psicológico de todos os envolvidos.

Os professores de escolas regulares, quando recebem alunos surdos, na maioria das vezes, não estão preparados para trabalhar com essa barreira da falta de comunicação e acabam por tratá-los de forma diferente, ainda segundo Silva e Pereira (2003) imaginando esses indivíduos como menos capazes, exigindo menos deles e

criando na sala de aula uma diferenciação notória entre o aluno ouvinte e o aluno não ouvinte.

As professoras de escolas regulares, quando recebem alunos surdos na maioria das vezes não estão preparadas para trabalhar com essa barreira da falta de comunicação e por esse motivo tratam o aluno de forma diferente e imaginam esses indivíduos como menos capazes exigindo menos desse aluno e criando na sala de aula uma diferenciação notória entre o aluno ouvinte e o aluno não ouvinte (SILVA E PEREIRA, 2003).

Falando a respeito do processo de inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares de ensino acreditamos que isso hoje aconteça apenas na teoria, estando a prática bem longe da realidade, pelo desinteresse da população e, principalmente, dos profissionais de educação de diversas áreas, estando a maioria despreparada para esse trabalho tão importante, mas, ao mesmo tempo, tão ignorado.

Alguns nem imaginam que trabalharia com surdos, pois, não acreditam que essa característica poderia atrapalhar as pessoas quanto a alcançar seus objetivos, mas, quando trabalham com esses indivíduos percebem que por conta da dificuldade de comunicação há uma falta de inclusão dos surdos na sociedade dita “normal” e que se agrava com a tendência dos surdos de se fecharem num mundo só deles, pelas angústias causadas pela exclusão.

Diante de uma percepção psicológica onde o principal entrave é a comunicação, principalmente sobre as potencialidades e as verdadeiras dificuldades da comunidade surda, as pessoas evitam empecilhos discriminatórios pré-concebidos, além de desproporcionar situações de convivência mútua.

Considerando a categoria de dificuldades extra educacionais do cotidiano do surdo, podemos enfatizar que o principal problema é o preconceito e a falta de paciência do ouvinte para com o não ouvinte e as pessoas não se interessam em se adaptar a cultura surda, pois, muitos aparentam entender que é obrigação do surdo se adaptar à realidade da maioria, isso causa um distanciamento.

Outro ponto sobre o qual se deve refletir é a noção do “diferente”, que acaba remetendo a um problema do aluno, não da comunidade escolar. Diferenciar é de uma construção social histórica e cultural. Por exemplo, as instituições escolares se voltam para o uso de uniformes, onde pode-se notar que o evidente uso da farda causa impacto nas divisões.

Outra forma é a divisão em salas, por séries (obviamente para dar atenção ao nível de capacidade que cada um tem para seu desenvolvimento educacional secular. Também são feitas aulas para um grupo heterogêneo como se todos tivessem as mesmas aptidões e interesses, pois, partem da ideia classificatória de que existem categorias na qual o diferente não se insere, ou seja, grupos avançados em matérias como matemática, física, química e outras.

Segundo Moscovici (2005), somos um “produto da interação e comunicação”: um sistema de valores, ideias e práticas, com dupla função onde podemos estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo ao mesmo tempo que possibilitam que a comunicação seja possível entre os membros de uma ou mais comunidades, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. A relação de si mesmo e a relação com outrem é bastante complexa. Pois, pode existir uma relação com a própria identidade como a justificativa de pertencer a um determinado grupo (num papel ativo ou passivo) para que exista relação com o outro, como existe um estranhamento de si diante do seu próprio eu.

Sendo assim, muitos alunos que não entram na condição de deficiência identificada, não aprendem se não tiverem uma atenção particular ao seu processo de aprendizagem. Aqui, somos deparados com o fato de que todos os alunos são diferentes, porém, tal fato não implica que cada aluno tenha que aprender de acordo com a metodologia mais indicada. Com base nesse raciocínio, se não criamos abordagens diferentes para os processos de aprendizagem, estamos sempre criando um ambiente desigual para todos os alunos. Mas, deve-se pensar nas possibilidades de trabalho para cada professor, não importando o método que adote. O próprio sistema bancário de educação que adotamos, passivo e agressor, não colabora para a inclusão real.

Também, o professor não é o responsável primal pela educação na escola, embora seja o mais evidenciado. É fundamental que toda a equipe pedagógico-administrativa da escola seja participativa nas decisões quanto às estratégias que devem ser abordadas para lidar com os alunos com deficiência. Dessa maneira, o educador que está em sala deve trabalhar em parceria juntamente com o restante da comunidade escolar, o que inclui pais, alunos, vizinhança, não apenas os trabalhadores da instituição física. Levando em conta que a primeira educação vem do seio familiar. Sem a supervisão e incentivo de tais a parceria no aprendizado do

surdo fica complicado e inviável tornando-o sujeito passivo no seu crescimento educacional.

Quanto ao aspecto da eficácia da inclusão do surdo e o papel do psicólogo como agente dessa inclusão, podemos afirmar, como aponta Menezes (2006) que atualmente a inclusão está em andamento apesar de ser lento este desenvolvimento. Pois somente a colocação de intérpretes em variadas situações do cotidiano do surdo não vai conseguir incluí-lo em uma sociedade que tem um preconceito a tudo que é diferente. A inclusão de um intérprete pode facilitar a comunicação no início, mas, não resolve a inclusão por conflitos de cultura.

Podemos pensar que para melhorar essa inclusão, deve-se “ouvir” o surdo, saber dele o que tem que existir para acontecer de fato essa inclusão e saber se a comunidade e cultura surda deseja realmente essa inclusão. Considerar o papel da categoria é de extrema importância. Porém, tendo em vista as qualificações necessárias para tal, como os profissionais deveriam se preparar mais e procurar aperfeiçoamentos depois da graduação? Essa busca deve partir de si para poder desenvolver um trabalho não só com surdos, mas, com grupos específicos em situação semelhante de exclusão.

Sá (2006) nos informa acerca das representações sociais que acontecem em ocasiões e lugares onde pessoas se encontram e se comunicam, ou seja, está no desenvolver do cotidiano. Tais discursos não são neutros, gerando consequências na vida das pessoas.

Por fim fica a impressão de que a comunidade surda vive uma realidade de exclusão e negligência e que os profissionais de diversas áreas de atuação não estão totalmente preparados para serem atuantes nessa mudança de situação. Talvez por falta de interesse nesses grupos específicos ou, talvez pela falta de preparo e aperfeiçoamento da técnica educacional destes profissionais para trabalhar com surdos ou qualquer outro indivíduo que está em situação de vulnerabilidade perante o todo social, embora aparentemente firme em grupos específicos.

Ressaltamos e percebemos que apesar de existirem gradativas ascensões na busca do direito de igualdade a todos, os surdos passam em sua tentativa de inclusão por preconceitos familiares e de uma sociedade guiada pelo que é simétrico e perfeito. Isso diminui o espaço para os diferentes e os com limitações, que rapidamente são

taxados de incapazes e têm representações para a sociedade como estorvo, estranhos ou coitados que precisam de proteção e não possuem potencial para nada.

Isto reflete diretamente na realidade, sendo sempre enfatizadas as suas diferenças antes qualquer outra coisa. Essa realidade mostra outra face da nossa cultura, segundo a qual não estamos preparados para os diferentes e que talvez não haja a deficiência só por parte do diferente, mas, a própria sociedade também não é eficiente em se adaptar aos que não se encaixam na definição de “normal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo representações sociais do ouvinte para o surdo, tema neste trabalho, trouxe-nos vários esclarecimentos sobre como os surdos são vistos pela maioria da sociedade, o que eles e nós temos feito para que não sejam discriminados, mas, inseridos no mercado de trabalho, na nossa cultura em geral, o que não ocorre de forma eficaz. Via de regra há percepção de que faltam profissionais de diversas áreas capacitados para atender a esta demanda.

Notamos que, apesar de aparente boa vontade dos ouvintes, pouco é feito para que haja, de fato, a inclusão, seja na escola, seja na profissionalização, seja nos mais diversos campos de trabalho. Talvez por causa disso muitos desses surdos preferam se excluir e se fechar apenas em seus círculos de não ouvintes.

Esse dado é visto em Sá (2006) os surdos criaram agrupamentos identificatórios que ultrapassam a barreira da pertença de grupos e formam identidades baseadas em uma “etnia” surda. Esse tipo de separação agravaria mais a barreira dos ouvintes e dos não ouvintes, pois, ao se falar de “etnia” se fala de cultura diferente o que aumentaria as diferenças entre os dois grupos e criaria uma segregação maior tanto dos ouvintes para com os surdos quanto o inverso.

Vimos também a falta de profissionais capacitados para atendê-los e a forma como são inseridos no mercado, de forma obrigatória. Muitas vezes ficando excluídos em áreas específicas e sendo designados a vagas sem nenhuma perspectiva de ascensão de cargo. Existe a falta de estrutura para que se receba um surdo em escolas, sendo necessária a presença de um intérprete para que o mesmo possa acompanhar as aulas. Outra exclusão evidente é que também ocorre exclusão na família, nos círculos de amigos de ouvintes e muitas vezes do próprio surdo em si.

Até mesmo no caso de surdez adquirida, quando este sujeito não aceita sua nova condição.

Entretanto, entendemos que muito ainda deve ser feito para que exista, de fato, esse entrelaçamento e quebra de preconceitos entre culturas, sendo necessária uma maior quantidade de profissionais qualificados e uma maior atuação dos mesmos no quesito integração.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Zelia Z L C; MONTAGNOLI, Ana Paula. **Representações sociais da surdez**. Artigo original. Medicina. Ribeirão Preto. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://www.assinoinclusao.org.br/downloads/convencao.pdf>. Acesso: novembro de 2016.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de; CAPORALI, Sueli Aparecida. Cultura **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. Educ. Soc. Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583 – 597, Maio – Agosto 2005.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.

LEMOS, Andréa M.; CHAVES, Ernando P.A. **Libras no ensino superior: da proposição à prática de ensino como segunda língua**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012 Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2190c.pdf. Acesso: novembro, 2016.

MAIA L. M., Camino, C., & Camino, L. (2011). **Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma análise do preconceito a partir das concepções de profissionais de Recursos Humanos**. Pesquisas e Práticas Psicossociais,6(1), 78-91 Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR-A2775.pdf>, Acesso: agosto de 2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. SANTOS, Thais Helena dos, "**Libras (Língua Brasileira de Sinais) (Verbetes)**". Dicionário Interativo da Educação Brasileira. Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2006.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PALHARES, Manoel. **A capacitação profissional do surdo**. Disponível em: http://www.ines.org.br/ines_livros/33/33_PRINCIPAL.HTM. Acesso: agosto 2016.

SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, poder e educação dos surdos**. São Paulo. Paulinas. 2006.

SÊGA, Rafael Augustus. **O conceito de representação social das obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. Revista Anos 90. Porto Alegre, n. 13, Jul. 2000.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor**. Psicologia teoria e pesquisa. Brasília, vol. 19, n. 2, p. 173-176, 2003.

VIANA, Alvanei dos Santos. **A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, realidades organizacionais, práticas subjetivas**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://www.unigranrio.br/pos/stricto/mest-adm/pdf/dissertacoes/dissertacao-alvanei-dos-santos-viana.pdf>. Acesso: setembro de 2016.